



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ATA N.º 78**

Sessão 2.ª Extraordinária de Dezembro

Reunião em 27-12-2012

Aos vinte sete dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, António Mila Canhoto, Pedro Emanuel Pinho e Melo Abreu, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Manuel Silva Pereira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, Júlio Vasconcelos Oliveira, Rui Miguel Macela Lela Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Telmo Vieira Martins, Antero Marques da Silva, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Fernando dos Santos Silva, Ivar Jorge Alves Corceiro, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e António Manuel Santos Salavessa.[.001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Não se verificou nesta reunião ausências de membros.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo (chegou às 21:00 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves (chegou às 20:45).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, respetivamente, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, António Mila Canhoto, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e António Manuel Santos Salavessa.[.003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, e Maria Romana Alves Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, por Manuel Silva Pereira, Firmino Marques Ferreira, Paula Sofia Gonçalves Ramos, Júlio Vasconcelos Oliveira e Fernando dos Santos Silva, respetivamente.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Vítor Manuel Marques de Oliveira, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Gonçalo Branco Loureiro Vaz de Carvalho, Mónica Raquel Antunes da Silva, Eneida

Maria Couceiro da Cruz Nogueira, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, e Nelson Ricardo Esteves Peralta, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Segunda Sessão Extraordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1. – Planos de Pagamento Plurianuais – deliberação;**

**Ponto 2. – 2.ª Revisão Orçamental – aprovação.**

**PONTO 1. – PLANOS DE PAGAMENTO PLURIANUAIS – DELIBERAÇÃO;**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 29/11/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe.

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro a apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>005</sup>

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>007</sup>

Vogal Rui Maio (BE)<sup>008</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>009</sup>

Vogal Paulo de Jesus (PS)<sup>010</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>011</sup>

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>012</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>013</sup>

Vogal Carlos Barros (CDS)<sup>014</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>015</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>016</sup>

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>017</sup>

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*“Senhor Presidente, permita-me só uma pergunta, só para perceber. Eu acho que ainda não percebi tudo, se calhar nem nunca irei perceber tudo como é óbvio. Mas a ideia vem aqui, aquilo que vai ser pago em anos posteriores!? Então, o primeiro acordo diz que o pagamento é integral em Dezembro de 2012. Apesar de não ser necessário, apesar de não se enquadrar nisto, deixa lá ir. Pronto, ok. Então é um “bónus” que não é necessário vir à Assembleia Municipal!?”*

*Outra dúvida é a dificuldade que eu tenho em perceber os documentos. Eu não sei como é que os Senhores os percebem às vezes!? Eu acho que não os leem, não os leem.*

*O acordo com Taboeira. Lembram-se daquela história das páginas da última Sessão? Está aqui uma rábula parecida, mas no meu entender mais grave, porque a outra era uma troca de paginação quando a digitalização foi feita, aqui é um documento de (alguém se calhar depois diz, você não está aí a ver uma coisa), acordo de pagamento com o Taboeira, diz: doze prestações mensais. A pagar entre Dezembro de 2012 e Junho de 2013, e Agosto de 2013 e Outubro de 2013. Conto pelos dedos — Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, (sete); Agosto, Setembro, Outubro (três). Sete e três, dez, são dez! Como é que é possível? Como é que é possível? Os Senhores leem aquilo que trazem para a Assembleia? Sinceramente! Eu não posso aprovar uma coisa destas que está assim. Onze em números, doze por extenso e afinal são dez os meses.*

*Meus Senhores tenham paciência, assim não dá! De qualquer forma “grão a grão enche a galinha o papo”, estamos a falar do aliviar da dívida de curto prazo num milhão cento e setenta e três mil euros, que passa para médio e longo prazo. Não é coisa pouca, bravo, porque é sem juros. Bravo porque é sem juros!*

*Mas vejam lá o que é que fazem com esta folga? Vejam lá o que é que fazem com esta folga que agora vão conseguir nestes pagamentos se vão gastar mais do que aquilo que devem gastar num momento muito complicado.*

*Fora estas questões formais e políticas, eu não estou em desacordo com o pagamento. Acho é que meter isto no Pacote do Plano de Saneamento Financeiro, quando todas as dívidas são posteriores, inclusive as da pavimentação (eu estive a ver as datas delas, são posteriores à celebração do contrato, não existiam à data do Plano de Saneamento Financeiro! Pois, pois, mas destinava-se fundamentalmente a resolver aquilo que estava quantificado nessa altura. Portanto por razões de imprecisão técnica, não posso votar a favor, mas digo que esta operação não merece a nossa oposição.”*

Vogal Rui Maio (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.<sup>019</sup>

*“Senhor Presidente, apenas para dar conta de que de facto obtive resposta a duas das questões que coloquei, embora das outras não obtive. Eu de qualquer forma volto a colocá-las. Quais destas dívidas todas que vão ser agora pagas, quais destas é que vão ser pagas primeiro? E porquê?*

*Eu bem sei que já me disse que não há datas de vencimento, mas ainda assim eu pergunto quais são as prioridades da Câmara para fazer o pagamento destas? Se vai pagar primeiro à Gertal, se vai pagar primeiro ao Taboeira, ou se vai pagar a todos, por igual e faseado, vá lá.*

*E depois perguntar também aqui se estes pagamentos plurianuais, juntamente com o Plano de Saneamento Financeiro da Autarquia garantem que o município de Aveiro não vai entrar na lista de municípios a ser alvo da intervenção do âmbito da Lei que foi criada hoje em Conselho de Ministros, que prevê um fundo de resgate para as autarquias em dívida.*

*Portanto eu pergunto se estas medidas que estão a ser tomadas e todas as medidas que foram tomadas nos últimos sete anos por este executivo, garantem que os cidadãos de Aveiro não sofrem de novo mais um assalto fiscal por parte deste Governo? Obrigado.”*

Vogal Paulo de Jesus (PS)<sup>020</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.<sup>021</sup>

*“Senhor Vereador vai-me desculpar, eu estou um bocadinho mais esclarecido, mas há aqui questões sobre as quais vou insistir e vou colocar uma nova. A primeira questão é porquê este e não outros? Não percebi qual foi o critério de escolha destas entidades em detrimento de outras, que certamente também estarão neste âmbito.*

*Segunda questão, volto a repetir. Se estes montantes estão ao abrigo do Planeamento Financeiro, estavam ou não cabimentados, no momento em que foi pedido o empréstimo?*

*E se estavam, porque é que não foram liquidados, visto que o empréstimo tinha como finalidade liquidar um conjunto de dívidas à data?*

*Ou a criação da dívida destes compromissos é posterior a essa data? Portanto sobre estas duas questões, não fiquei totalmente esclarecido e portanto gostaria que pudesse acrescentar mais alguma informação sobre a mesma.*

*Como estamos numa fase de discutir acordos de pagamento e como estamos numa fase de discutir Orçamentos Rectificativos e como estamos numa fase de discutir Orçamento para 2013, eu diria que enfim, para não estar sempre numa onda negativa, obviamente que há ou vamos ter aparentemente um Orçamento Rectificativo e o de 2013 muito mais próximo daquilo que é a realidade.*

*Graças à possibilidade que a Lei dos Compromissos abre para se poder fazer acordos de pagamento. Quanto a esse aspecto, diria que a informação será muito mais transparente.*

*No entanto a questão que eu gostaria de colocar e que faz de alguma forma ponte para o Ponto seguinte e depois poderemos ter novamente oportunidade de perceber o que é que se passa no Orçamento Rectificativo ou na proposta do Orçamento Rectificativo tem a ver com o seguinte, ao estar a renegociar esses acordos de pagamento ou a estar a negociar estes acordos de pagamento, eles deixam de estar no seu volume total, segundo percebi no ano em que têm que ser pagos portanto em 2013, temos um montante x, se ele for pago nos anos seguintes, no ano de 2013 só fica o montante respeitante a 2013. O que significa que isso de facto abre a possibilidade e como diz e bem de quer para o município, quer para as entidades credoras, de poderem ter uma expectativa relativamente à liquidação dos montantes muito mais próxima da realidade, ou pelo menos da intenção de se liquidarem nessas datas compromissos.*

*A minha pergunta é esta: ao fazer esses acordos de pagamento, nós vamos retirar aproximadamente um milhão e meio de euros do Orçamento de 2012, mais coisa menos coisa. Só que do Orçamento Rectificativo desaparecem trinta e seis milhões de euros!?*

*Portanto eu deixo a pergunta no ar, porque a seguir vou escarpelizar, como é que se reduz um Orçamento em trinta e seis milhões de euros, com base em acordos de pagamento ou com base noutras coisas? Depois podemos ter oportunidade de discutir.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.<sup>022</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Agradeço as explicações do Senhor Vereador Pedro Ferreira com sentido de humor, mas nós consideramos que a situação é bem mais digamos séria ou mais complexa diria, para uma resposta tão simples.*

*Nesta altura (que podia ser por uma questão de convicção) que se prometeu aos próprios e quando digo aos próprios é ao Clube (e o Clube é feito de pessoas de atletas e aos familiares) isso criou uma expectativa. Tenho a certeza que o Senhor Vereador não diria num jantar de Natal ou num jantar de aniversário, não teria a coragem de utilizar esse sentido de humor. Porque poderia ser mal interpretado pelos próprios. Porque naturalmente a situação não é assim tão simples. E porque é que não é tão simples? Para além da consideração da data, penso que é inquestionável que portanto não se deve mandar, e é uma expressão que o Senhor Presidente da Câmara utiliza algumas vezes e que vou utilizar agora “não se deve mandar pedras aos telhados dos outros, quando se tem telhados de vidro”. E nestas coisas da moralidade eleitoral, isto está aqui digamos nos portais e nos sites e não dá para retirar, mas a questão é que o Taboeira tem a sua obra parada há muito tempo. Portanto, se havia ou se não havia uma garantia absoluta ou podia haver uma garantia naquela altura e por isso é que a minha pergunta foi uma pergunta para poderem dar algumas explicações. O que é que aconteceu? Havia a garantia que de facto a obra estava a ser lançada a primeira pedra, a seguir à primeira viria a segunda, a terceira não sei quantas são necessárias, mas à partida não*

*lhes foi prometido também nesta altura que a obra não iria parar. Eu não sei há quanto tempo é que está parada (mas diria) eram oito meses de obra há três anos, portanto estaríamos com o complexo, mais coisa menos coisa, pelo menos há ano e meio em funcionamento.*

*Não se conseguiu encontrar uma solução. Portanto é preciso, com a mesma frontalidade e com a mesma coragem que se prometeu e que se disse na altura, que a Câmara não ia gastar um cêntimo e que não iria ser a Câmara seria a PDA, por conta dos dividendos futuros e a PDA, que á data era gerida por uma pessoa que até era dirigente do PSD, sobejamente conhecida e nomeada por Vossas Excelências, se alguma coisa aconteceu do lado da Câmara, uma variável que a Câmara não controla, ou se foi incompetência do lado da PDA, que se assuma isso e que se diga, que a PDA não fez o seu trabalho e que a Câmara agora está a sofrer as consequências (ouvem-se vozes). Ok, não há problema nenhum. Mas mesmo sendo isso a Câmara não tendo essa solução, tem que ter outra. Está aqui a solução. Hoje apresenta-nos a solução que é a Câmara vai pagar em nove, dez ou onze prestações, aquelas que depois entretanto se definirem. Mas também não é dito e garantido, e essa é uma parte importante, porque isso é que diz respeito à vida das pessoas. Ok, faz-se isto e quando é que começa a obra? Já começou? Qual é a garantia que isto não vai acontecer outra vez? Porque é que se prometem coisas a determinada altura, com a tal convicção de que as coisas podiam ser assim e depois com a mesma convicção não se diz às pessoas “errámos, falhámos!”*

*Como temos dito várias vezes e ao longo destes últimos sete anos, é muito difícil (e desafio-os todos a fazerem esse exercício) encontrar meia culpa desta Câmara sobre o que quer que seja. Porque de facto fazem tudo bem e quando não acontecem as coisas que dizem que vão fazer as responsabilidades são sempre dos outros e no limite dos limites as responsabilidades são sempre dos despesistas dos Socialistas que tiveram oito anos na Câmara e que deram cabo dos cofres da autarquia.*

*Não fomos nós que comemos as refeições dos meninos desde Fevereiro de 2010. Espero eu que não nos cheguem a acusar disso! É preciso assumir o que corre bem e assumir o que corre mal e é preciso principalmente e foi só essa a razão da minha pergunta, perceber porque é que as coisas aconteceram desta forma e perceber qual é a responsabilidade, onde é que está a responsabilidade?*

*E assumir que de facto falharam e prometeram uma coisa que na altura não conseguiram cumprir.*

*E esta é que é a verdade. É que o Senhor Presidente da Câmara foi dizer uma coisa às pessoas e aos aveirenses a 20 dias das eleições. A dizer que não ia pagar nada e que garantia o complexo desportivo. E estava a fazer uma promessa da qual não dominava as variáveis, portanto não podia ter feito isto. É uma imoralidade! É uma imoralidade! E como caminhamos a passos largos, da parte do Senhor Presidente da Câmara, que já começou esta caminhada para o outro acto eleitoral, esperemos que haja contenção na utilização da sua função, porque o combate político faz-se por aquilo que se fez e pelos projectos que temos para a frente. Não se faz utilizando abusivamente e fazendo promessas as quais não se podem cumprir. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[023](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom o Partido Socialista não gosta mesmo que as coisas corram bem no município de Aveiro, não é!? Vem sempre tipo arauto da desgraça de ver sempre aspectos negativos, naquilo que de positivo esta Câmara vem fazendo e nos vem trazendo a esta Assembleia, que nós aqui vamos discutindo.*

*São perspectivas e por isso nós também respeitamos essas perspectivas do Partido Socialista. Achamos que não são mais felizes dessa maneira, mas cada um vive conforme as suas opções. Ficaria muito preocupado se houvesse um corte das refeições às crianças ou se em Aveiro a Câmara dissesse “não temos dinheiro para pagar nem as refeições, nem os acordos que nós pensávamos poder fazer com o Taboeira, ou com as outras Instituições, não temos dinheiro para*

nada”. Foi assim há uns anos. Nós já nos esquecemos, ainda bem que nós já nos vamos esquecendo desses anos de desgraça porque passámos.

E por isso, hoje em dia aquilo que nós fazemos é o contrário, é dizermos assim – passámos por dificuldades, as coisas foram-se fazendo, houve um esforço que foi feito desde o início e basta olhar para a proposta do protocolo com o Taboeira para nós podermos verificar que a factura, a última factura ou as facturas todas que foram entregues em Agosto, em 14 de Agosto de 2009 e em 2010 a Câmara começou logo assumindo as suas responsabilidades, começou logo a pagar, pagou quatrocentos mil euros, depois pagou mais cento e cinquenta no ano seguinte e foi criando, apesar de não haver propriamente um Plano de pagamento, foi tendo essa consciência, de que era necessário pagar.

Pagou pouco é verdade. É verdade que só pagou cerca de metade daquilo que era suposto pagar pelas obras feitas à Associação Desportiva de Taboeira. E por isso é que está agora aqui nesta forma já desafogada e comprometida de trazer a esta Assembleia Municipal o pagamento desta obra.

E por isso, quando eu me regozijo é lógico que não me regozijo de a Câmara não ter pago logo atempadamente os compromissos que assumiu. Agora, regozijo-me isso sim, por ver que os momentos de dificuldade passaram e que agora neste momento as condições são outras e há estas possibilidades de nós podermos fazer, mau grado o Partido Socialista não ver nisto virtudes e que acho que é uma pena, como o maior partido da oposição devia também regozijar-se juntamente connosco. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>024</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>025</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>026</sup>

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>027</sup>

“Só acrescentar, em relação à questão dos meses, de facto são 11 meses e deveria estar lá Novembro e não Outubro. E, portanto, o lapso é esse.

Isso tem a ver com o negociar dos acórdãos de pagamento para os trazer aqui. Quando começámos, começámos no mês anterior e portanto estas coisas acontecem.

Pagar a quem primeiro. Pagar a todos de acordo com os planos que estão definidos. Já cumprimos as prestações que estavam de Dezembro. E dentro destes nós damos de facto prioridade àqueles que são superiores a 100 mil euros.

A questão que está referido com o Plano Saneamento tem a ver com uma questão que é os acórdãos de pagamento. Isto é, não tinham de ser apenas como dívida antiga, mas também para o alívio de Tesouraria para os anos seguintes.

Por último, uma nota que não queria deixar passar, que tem a ver com as refeições. Pelo que foi referenciado até parece que a Câmara ficou com o dinheiro. As pessoas pagaram e em vez de pagarem as refeições pagaram outras coisas. Atenção a uma coisa: o milhão e meio que eu referi estão aí referenciados — depois falarei dele quando discutirmos o Orçamento.

A Câmara não paga só a prestação de serviços. Paga também às Juntas de Freguesias, nomeadamente à Junta da Vera Cruz, São Jacinto, entre outras e a IPSS's no âmbito do programa que se chama “generalização das refeições”.

A Câmara Municipal de Aveiro consigna as receitas de educação para pagamento das prestações. Isto é, todo dinheiro que entra da DREC, Fundo Social Municipal, PAES, é todo referenciado para o pagamento de refeições.

Quando chegámos à Câmara tínhamos duas empresas de refeições em contencioso que condicionavam muito não só os valores dos concursos, mas também os serviços de refeições para as crianças. Isso é algo que nós limpámos. E portanto, eu nunca fiz política sobre isso e acho que também não é bom estar-se a dizer que “ficaram com o dinheiro das crianças” porque

*nunca fizemos isso e nem eu admito isso. E quem trabalha na educação em Aveiro, sabe isso. E por isso é que nós não andamos sempre a falar de serviços de refeições. Ninguém anda nos jornais a dizer que nós servimos (e nós servimos sempre que é solicitado), ninguém anda a falar de crianças que andam a passar fome ou que andam com dívidas em atraso e ficam sem pagar — por alguma razão isso acontece. Portanto não gostei dessa referência e dizer que nós não fazemos política com essa parte, está bem. Obrigado.”*

**Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>028</sup> o Ponto n.º 1 – Planos de Pagamento Plurianuais - deliberação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD17+CDS5+IND1), onze abstenções (PS8+BE2+PCP1), e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>029</sup>

*“O voto pela abstenção foi o voto possível, face às incongruências do processo e aos erros do processo.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>030</sup>

*“Bem, na nossa abstenção sublinhamos a esperança que vemos ao fundo do túnel que se paguem dívidas tão importantes como são aquelas entidades que trabalham na área social. Obrigado.”*

#### **PONTO 2. – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – APROVAÇÃO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 29/11/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe.

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro a apresentação dos documentos.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>032</sup>

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>034</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>035</sup>

*Bem, relativamente às tais leis que nos vêm de cima, é preciso não esquecer a sua origem. Não vêm de Marte, vêm do Governo, aprovadas no órgão legislativo cuja maioria política é composta pelo Partido Social Democrata. Portanto a responsabilidade política é também do PSD, do CDS e de quem as aprova.*

*Bem, mas a começar pela revisão do orçamento, devo começar por dizer que uma das rubricas que eu sempre mais gostei de ver nos Planos Orçamentais desta Câmara foi a rubrica “Outros”. É que a rubrica “Outros” é aquela que dá para tudo, incluindo aqueles negócios que depois ninguém conhece mas que, desta forma, se pode dizer que já estavam orçamentados quando ocorrem.*

*E na previsão da Receita orçamental, precisamente na categoria Outros em “Rendimentos da Propriedade” onde estavam orçamentados 27.250 euros, há uma diminuição da receita para 15.901 euros, ou seja, menos 11.349 euros!?! Esta árvore de rúbricas era a que tinha uma quantia maior. Maior significa que tinha cerca de 99%, lembro-me que até referimos isso aqui. E portanto gostávamos de saber de onde vem esta diminuição já que se refere apenas a “Outros”!?!*

*Mas gostava de voltar aqui a um tema de que falo muito aqui que é o tema da habitação social. Foi dito aqui, em Fevereiro de 2011, no dia 23 de Fevereiro de 2011, pela vereadora Maria da Luz Nolasco, que a Câmara tinha aberto um concurso público para resolver o problema da canalização do bairro social de Santiago no valor de 150.000 euros. Estamos em Dezembro de 2012 e até agora nada. Nem em Orçamentos nem em Revisões Orçamentais, nada!?! Nada, ou seja, o que a Vereadora Maria da Luz Nolasco diz não se escreve — nem sequer nos Orçamentos.*

*Na rubrica de Habitação Social, aliás, a Câmara andou a gozar com quem é pobre. Até os 100 euros previstos na compra de Ferramentas e Utensílios foram diminuídos em 100%, assim como os 4.000 euros destinados aos encargos com instalações. Num total de 30.985,00 conseguiram anular cerca de metade, numa rubrica tão importante quanto esta. Como é que é possível que, com uma lata descomunal, alguém se refira de peito feito a um concurso público no valor de 150.000 para obras num bairro social e depois, durante um ano inteiro, o Orçamento nesta rubrica caia nesta miséria.*

*O mesmo na Acção Social, por exemplo. Da parca verba prevista “Alimentação, refeições confeccionada” dos 22.120 euros previstos, passou-se para zero!?! Ou seja uma anulação de 100%. E eu gostava que me explicassem isto?*

*Mas do que eu quero mesmo falar aqui é de um “sonho”. O “sonho” que o Vereador Carlos Santos tem (e disse-o publicamente num jornal) que é deixar as ruas de Aveiro todas alcatroadas! Bem, a única certeza que eu tenho sobre isto é que os “sonhos” do Vereador Carlos Santos é atualmente o “pesadelo” de todos os aveirenses peões e condutores. Cada um pode sonhar com o que quiser. Malcolmson sonhava com um mundo mais justo, por exemplo o Vereador Carlos Santos sonha com alcatrão! Mas quando o dinheiro é gasto em inutilidades não há sonho que resista.*

*Esta Câmara diminuiu na rubrica Vias e Conservação, de 14.838.316 euros diminuiu os 10.751.555 euros. Ou seja diminuiu 4.086.761 euros — por isso é que o concelho tem mais buracos que alcatrão.*

*Mas na mesma rubrica, só para estudos, pareceres, projectos e consultadoria gastou 1.651.963 euros. Aliás o total desta rubrica foi de 7.579.123 euros!?! Ou seja por cada 7 euros que a Câmara gasta em obras gasta 1 euro num parecer qualquer.*

*A mim quer-me parecer que se sonha muito e faz-se muito pouco. E quer-me parecer também, não sei porquê, que este sonho se vai concretizar, e por isso é que houve aqui estas diminuições. Mas vai-se concretizar muito próximo das eleições do próximo ano. Muito obrigado”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>036</sup>

Vogal Rui Maio (BE)<sup>037</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>038</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>039</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>040</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta <sup>041</sup>

*“Boa noite novamente. Relativamente ao exercício de Revisão Orçamental e retomando aquilo que tinha focado no ponto anterior, esse exercício aparentemente está suportado num transporte de receita, numa prorrogação de despesas, baseada nos acordos de pagamento na ordem do milhão e meio de euros. E portanto temos aqui sensivelmente trinta e cinco milhões de euros de*

*redução do Orçamento, que não estão baseados nesses acordos de pagamento. E portanto foi supressão de rubricas, que o município pretendia ou tinha previsto executar inicialmente quando nos apresentou este Orçamento no ano passado e portanto decidiu abdicar delas ou decidiu não as executar, nesta parte final do ano. Portanto este é o pano de fundo para aquilo que nós temos aqui à frente ou seja, há uma redução de 36.7 milhões de euros no Orçamento do município, um milhão e meio de euros deve-se sensivelmente aos acordos de pagamento que a Câmara Municipal fez e portanto transitam de 2012 para 2013, e trinta e cinco milhões de euros não estão suportados nesses acordos de pagamento. Portanto foram decisões políticas tomadas pelo município.*

*Relativamente ao documento que aqui temos das duas uma, e eu diria, sem menosprezar de todo o documento que aqui está, porque de facto é um documento de gestão importante e muito mais aproximado da realidade, ao que sempre nós solicitámos, ao que sempre acreditámos que o município tinha, mas que nunca nos apresentou, porque diria é impossível gerir convenientemente o município sem ter um documento deste género, não aquele que tinha cento e cinquenta ou cento e quarenta, mas das duas uma e voltando atrás, é muito mais importante comparar esta Revisão Orçamental comas Gops para 2013, do que a analisar por si, porquê? Primeiro porque ao retirar trinta e cinco milhões de euros de um Orçamento de 2012 no fim do ano, baseado em decisões políticas, o que eu esperava do executivo é que viesse justificar, o porquê de retirar esses trinta e cinco milhões baseados em decisões políticas ou seja, coisas que não se vão fazer. Não apareceu essa justificação! E portanto, aparentemente utilizaram se me permitem a expressão a tática do Ministro Gaspar, folha Excel. Vamos lá retirar trinta e cinco milhões de euros ao Orçamento e para quê? A minha pergunta é, para quê?*

*Suspeito que isto permita fazer um brilharete do ponto de vista daquilo que é a taxa de execução orçamental e portanto vamos outra vez naquela senda do ano eleitoral de 2013 e esperemos que o argumento não apareça a dizer-se que a execução do Orçamento de 2012 subiu abruptamente porque nós fizemos uma revisão orçamental no fim do ano, onde retirámos trinta e cinco milhões de euros. Eu não me parece que vá acontecer, ou não creio que isso vá acontecer e já explico porquê. Agora o que eu gostava de perceber neste Orçamento é, como é que nos retiramos um milhão e meio de euros, com base em acordos de pagamento, que foram apresentados no ponto anterior e reviramos trinta e cinco milhões de euros e não nos aparecem neste documento uma linha sequer, uma palavra sequer, a justificar porque é que “desapareceram” trinta e cinco milhões de euros que a Câmara apresentou há um ano e que pretendia fazer. Esta era a expectativa que eu tinha, quando me põem uma revisão orçamental à frente, é nós ao abrigo da Lei e saúde-se essa possibilidade, porque de facto este é um documento e isto é (eu diria) indiscutível, este é um documento muito mais fácil de ler do ponto de vista daquilo que são as actividades e Orçamento do município, mas ao abrigo da Lei, o município deve explicar aos aveirenses, porque é que prescindiu de fazer estes trinta e cinco milhões de euros e não outros. Por falar em outros, de facto há aqui, enfim, os outros quase que desapareceram em todas as rubricas, outros que aparecem ao longo do documento quase desaparecendo, mas entretanto aí nem sequer é explicável, porque nós não sabemos o que são os outros. Agora numa revisão orçamental é expectável e isso não está aqui, isso não é admissível, que num documento destes, não esteja uma linha que não seja dada uma justificação, que se reporte a essa supressão dos trinta e cinco mil euros. É isso que nós poderíamos esperar de um documento deste género.*

*Dizia o meu colega de bancada Salavessa – ah, vimos que não retirámos daqui de um lado para somarmos nos outros.*

*Pois não. Neste não, vamos é comparar esta Revisão Orçamental com o Orçamento de 2013 e vamos ver se não houve aqui o exercício de prescindir de fazer coisas em 2012, para as fazer em 2013!*

*E obviamente que a Revisão Orçamental que aqui está do nosso ponto de vista, do meu ponto de vista, não está devidamente fundamentado e já expliquei porquê. Porque não há aqui uma*

*justificação e a justificação que há apareceu no ponto anterior, pelo menos dos documentos que nós aqui temos, não há uma justificação política e gostaria depois de poder continuar a discutir este documento quando viermos à Sessão onde vamos discutir as Gops em 2 de Janeiro, para poder de facto fazer uma análise comparativa daquilo que é o Orçamento Rectificativo de 2012 com o Orçamento de 2013.*

*Volto a repetir, espero que esta revisão orçamental não tenha como objectivo criar o argumento de que as taxas de execução do Orçamento subiram exponencial face aos anos anteriores. Não me pareceria um argumento muito justificável para trazer aqui nesta Revisão Orçamental apenas e só por isso.*

*Mais. O Senhor Vereador Pedro Ferreira não estava na última Sessão da Assembleia, mas há aqui uma questão que segundo me parece em termos numéricos, quando comparada com a Comunicação do Senhor Presidente, há aqui uma questão que também gostaria de ver esclarecida. É que à data de Novembro, à data da Comunicação do Senhor Presidente, os números que lá estão, mesmo assim, a Câmara Municipal não vai conseguir atingir as receitas que estão previstas aqui nesta Revisão Orçamental. E eu gostaria de saber qual é a expectativa do município relativamente a esse aspecto. Agora eu gostaria de ver essa justificação, porquê? Porque vamos entrar finalmente, podemos ter um documento na mão e ainda bem que assim é, ou vamos ter um documento na mão com certeza, que vai espelhar claramente as opções políticas do executivo, ou vai espelhar muito melhor as opções políticas do executivo e finalmente vamos poder discutir política, finalmente vamos poder perceber qual é o projecto deste executivo, aquilo a que se comprometeram, aquilo que cumpriram e aquilo que não cumpriram.*

*E parece-me que é uma discussão muito mais interessante, do que andarmos aqui a discutir mais ou mesmo quarenta e cinco milhões no orçamento, etc., etc. Disse.”*

Vogal Rui Maio (BE)<sup>042</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>043</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>044</sup>

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>045</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>046</sup>

*“Muito rápido, só para dizer relativamente à categoria Outros. Ao apresentar aqui um Orçamento, não o está a fazer a um grupo de contabilistas, mas sim a representantes dos eleitores, que não têm que conhecer o POC nem o POCAL como as palmas das suas mãos. São representantes dos eleitores naquilo que são as suas opções políticas. Portanto, se quer incluir nos Outros seja o que for, deve explicá-lo muito bem a quem está nesta assembleia. É uma questão de transparência. Através de um outro documento tem de nos dizer onde espera gastar o dinheiro.*

*Relativamente à diminuição das rubricas “Obras e Manutenção” que explicou através das obras da REFER, eu não posso acreditar nisso. Não posso acreditar nisso por uma questão muito simples. As rubricas em questão são duas: uma é Obras e Manutenção 72.008,37 e a outra é da “Viadutos Arruamentos e Obras Complementares em Vias e Conservação” esta diminuiu em cerca de 10 milhões.*

*Ora muito bem, no processo da REFER, que discutimos há bem pouco tempo, pelo que nos explicaram aqui na altura é que este processo, quando fizeram este Orçamento, ainda nem sequer estava decido. Havia a intenção na altura, ainda com o PS, de pagar com um terreno que na altura estava avaliado no valor de 7 milhões e dava para pagar tudo, que é o que está*

*protocolado. E no mês passado, vocês pouparam tanto dinheiro que agora até 10 milhões já não chegava para pagar tudo!?*

*De repente apareceu aqui uma dívida vinda do nada de cerca de 3 milhões e da qual cerca de 5,8 milhões são um desvio que vocês aceitaram pagar — a pesar da Câmara não ter responsabilidade nenhuma. Portanto isso não é verdade.*

*A verdade que está aqui, é que o tal sonho do Vereador Carlos Santos de alcatroar toda a cidade, todo o concelho, porque neste momento há mais buracos do que alcatrão no concelho, vai ser realizado para o ano muito próximo das eleições. Muito Obrigado.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>047</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>048</sup>

Vogal Francisco Picado (PS)<sup>049</sup>

Presidente da Mesa<sup>050</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>051</sup>

Presidente da Mesa<sup>052</sup>

**Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>053</sup> o Ponto n.º 2 – 2.ª revisão Orçamental - aprovação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD17+CDS5+IND1), uma abstenção (PCP1), e dez votos contra (PS8+BE2).**

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – **Nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro:**<sup>054</sup>

*“Os deputados do Partido socialista votaram contra esta proposta por considera que a mesma não está devidamente fundamentada apesar dos apelos prévios e do âmbito do debate. Por considerar que as opções políticas que constam do Plano e da própria revisão são erradas. E declaramos o nosso voto de vencido por não nos ter sido entregue o parecer da DGAL, como foi entregue exclusivamente à bancada do PSD.”*

Primeiro Secretário da Mesa:<sup>055</sup>

**Após, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada<sup>057</sup> por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada<sup>058</sup> a Segunda Sessão Extraordinária Dezembro.**

**Eram 23:00 horas do dia 27 de Dezembro de 2012.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(2:30)